

**EXAME DE DIREITO ADMINISTRATIVO I – TURMA B - 23 DE FEVEREIRO DE 2017**

Tópicos de correcção

**GRUPO I (5 valores: 2 x 2,5)**

**Distinga dois, e apenas dois, dos seguintes pares de conceitos:**

**a) Substituição e coadjuvação**

- Substituição enquanto fenómeno em que um órgão da Administração normalmente competente é substituído por um outro órgão no exercício de uma competência que lhe cabe primariamente, projectando-se tais efeitos jurídicos na respectiva esfera.

- Coadjuvação como relação de auxílio legalmente prevista entre dois órgãos administrativos; questão da necessidade de acto de delegação para exercício da generalidade dos poderes por parte do adjunto.

**b) Supervisão e superintendência**

- Supervisão como poder do superior hierárquico de revogar actos praticados pelo subalterno;

- Superintendência como poder de orientação e emissão de directivas de uma pessoa colectiva pública em relação a outra pessoa colectiva pública.

**c) Universidade pública e associação pública**

- Universidade pública como instituto ou corporação pública dotada de autonomia própria, prosseguida por órgãos próprios para a prossecução de interesses de natureza científica e pedagógica;

- Associação pública como pessoa colectiva pública que prossegue autonomamente interesses públicos pertencentes a um grupo de pessoas que se organizem com esse fim.

## **GRUPO II (5 valores)**

**Comente uma, e só uma, das seguintes afirmações:**

“Criado mais com o objectivo de assegurar a primazia da Administração do que preocupado com a protecção dos particulares, o Direito Administrativo só paulatinamente é que se vai libertando dos traumas provocados por uma infância difícil” (Vasco Pereira da Silva).

- Dupla natureza do Direito Administrativo;
- A origem autoritária do Direito Administrativo e a sua construção jurisprudencial
- Tendências e evolução do moderno Direito Administrativo

“É mais fácil descrever o que é a Administração Pública do que defini-la” (Ernst Fosrthoff).

- Dificuldades de traçar fronteiras da Administração Pública em sentido orgânico;
- Complexidade do conceito de pessoa colectiva de direito público;
- A pulverização de entidades encarregadas da prossecução de tarefas administrativas.

## **GRUPO III (10 valores)**

**Considere a seguinte hipótese :**

O Ministro da Administração Interna delegou a competência para a atribuição das licenças X, ao abrigo de norma que o previa, no Secretário da Administração Interna, tendo estabelecido que a delegação vigoraria por um prazo de doze meses.

- a) Está o Secretário de Estado da Administração Interna vinculado a acatar um ofício do Ministro em que se diga que no ano de 2017 não podem ser concedidas mais do que 30 licenças X ?

- Relação orgânica entre Ministros e Secretários de Estado;
  - Poderes do delegante em face do delegado no âmbito da delegação de poderes
- b) Quais os requisitos necessários para que o Secretário de Estado do Turismo possa legitimamente subdelegar a competência no Secretário-Geral do Ministério da Administração Interna ? E poderia este subdelegar tal competência no seu director de serviços?
- Habilitação legal da subdelegação de poderes;
  - Requisitos das subdelegações de poderes de 2.º grau;
- c) Poderia o Secretário de Estado da Administração Interna revogar as licenças concedidas pelo Ministro em data anterior à da delegação de poderes?
- Questão da igualdade do exercício de competências entre delegante e delegado;
  - Problema da diferenciação temporal do exercício da competência.